

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 018

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo* ..... *Valdir Rossoni*  
*PFL*..... *Plauto Miró Guimarães*  
*PTB*..... *Ademar Traiano*  
*PMDB*..... *Orlando Pessuti*  
*PPB*..... *Tony Garcia*  
*PT*..... *Péricles de Holleben Mello*  
*PDT*..... *Edgar Bueno*  
*PSDB*..... *José Maria Ferreira*  
*PL*..... *Edno Guimarães*  
*PSB*..... *Ricardo Maia*  
*PSC*..... *Chico Noroeste*

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppig; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MARÇO DE 1999  
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Belinati e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 008/99

Senhor Presidente.

Curitiba, 19.03.99.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no Art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do país, entre os dias 26 do corrente e 5 de abril próximo, com destino à Europa, a fim de, na Polônia, receber o título de Doutor Honóris Causa, da Politécnica de Cracóvia, concedido por decisão unânime pelo Senado da referida Politécnica e apoiada pelos Senados das Politécnicas de Varsóvia e Wroclaw e, na França, atendendo a convite, proferir conferência na Associação René Dubos, da Universidade de Paris e participar de reunião na Prefeitura de Ile de France.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob o nº 05/99, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Presidente do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito, encaminhando prestação de contas do Fundo Especial, referente ao exercício financeiro de 1998. **Ao Conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 334**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ao Presidente da Mesa Executiva, cópia das notas taquigráficas, referentes à Reunião do Secretário de Transportes Senhor Heinz Georg Herwig, com os deputados desta casa, em data de 23 de março de 1999.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

**REQUERIMENTO Nº 323**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e como vice-Presidente da Comissão de Saúde, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Armando

Martinho Bardou Raggio, convidando-o para apresentar aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, o Plano de Trabalho da Secretaria de Estado da Saúde, para o quadriênio 1999/2002.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado a realização do plebiscito para a criação do município de Sede Progresso, desmembrado dos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê.

Art. 2º - O novo município terá os seguintes limites e confrontações:

a) Com o Município de Dois Vizinhos: inicia na Estrada PR-180 no divisor das águas entre o córrego Lajeado e o Rio Dois Vizinhos, segue por este divisor até encontrar a cabeceira do Arroio Bonito, desce por este até sua foz no Rio Vista Alegre, desce por este até encontrar um afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pelo divisor de águas entre os rios Vista Alegre e Empossado até encontrar a cabeceira do córrego Limeira, desce por este até sua foz no Rio Vista Alegre, desce por este até sua foz no Lajeado Grande, desce por este até encontrar a Estrada PR-469.

b) Com o Município de Verê: inicia no encontro do Lajeado Grande com a Estrada PR-469, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a estrada de acesso à localidade de Alto Verê, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar um afluente do Rio Roncador, desce por este até sua foz no Rio Roncador, desce por este até sua foz no Rio Viri, sobe por este até o segundo afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudeste até encontrar a cabeceira de um afluente do Rio Marrecas, desce por este até a divisa dos lotes 48 e 50 da Gleba 103 FB.

c) Com o Município de Itapejara do Oeste: inicia do afluente do Rio Marrecas na divisa dos lotes 48 e 50 da Gleba 103 FB, desce por este até sua foz no Rio Marrecas, sobe por este até a foz do Rio Concórdia.

d) Com o Município de Francisco Beltrão: inicia no Ribeirão Marrecas na foz do Rio Concórdia, sobe por este até o primeiro afluente antes da cabeceira à margem esquerda, sobe por este até sua

cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Norte até encontrar a cabeceira do afluente à margem direita do Rio Vista Alegre, desce por este até sua foz no Rio Vista Alegre.

e) Com o Município de Enéas Marques: inicia na foz do afluente à margem direita do Rio Vista Alegre, desce por este até a foz do segundo afluente à margem esquerda do Rio Vista Alegre, sobe por este até sua cabeceira na Estrada PR-180, segue por esta na direção geral Norte até encontrar o divisor de águas entre o córrego Lajeado e o Rio Dois Vizinhos.

### Memorial Descritivo

Perímetro Urbano de Sede Progresso

Limites e Confrontações

Norte: Lotes 69, 66, 28, 53, 60 e 54 da Gleba nº 94-FB.

Leste: Gleba nº 105-FB, Gleba nº 104-FB e lotes 158 e 23 da Gleba nº 94-FB.

Sul: Lotes 23, 22 e 27 da Gleba nº 103-FB e lotes 141, 155 e 110 da Gleba nº 94-FB.

Oeste: Lotes 112, 114, 115, 116, 32, 35, 07, 09, 03 e 70, da Gleba nº 94-FB.

### Descrição do Perímetro

O perímetro tem como início a confluência do Arroio Tamanduá com o Lajeado Maracajá; segue a montante deste Lajeado, confrontando com terras das Glebas nºs 105 e 104-FB, e com o lote 158 da Gleba nº 94-FB; até barra com o Arroio do Tigre; deste segue a montante do Arroio, confrontando com o lote 23 da Gleba nº 94-FB e com as terras da Gleba nº 104-FB até divisa com o lote 23 da Gleba nº 103-FB; deste segue por linhas secas confrontando com os lotes 23, 22 e 27 da Gleba nº 103-FB, até encontro com o Arroio Maracajá; segue a montante deste, confrontando com o lote 27 da Gleba nº 103-FB, até divisa dos lotes 140 e 141 da Gleba nº 94-FB, daí segue por linhas secas, confrontando com os lotes 141 e 155 da Gleba nº 94-FB, até encontro com sanga sem denominação; segue a jusante da referida sanga, confrontando com o lote 110 da Gleba nº 94-FB, até barra com o Arroio Tamanduá; deste ponto segue a jusante deste Arroio, confrontando com os lotes 112, 114, 115, 116 32, 35, 07, 09, 03, 70, 69, 66, 28, 53, 60 e 54 da Gleba nº 94-FB; até barra do Arroio Tamanduá com o Lajeado Maracajá; ponto inicial desta descrição; perfazendo este perímetro um total de 740,97 hectares.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

# JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução tem como finalidade precípua, atender a solicitação dos moradores do Distrito de Sede Progresso a ser desmembrado dos Municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê, com limites e confrontações conforme especifica, bem como compatibilizar os limites e confrontações de acordo com manifestação das autoridades políticas representativas do município.

A documentação anexada ao presente, não deixa qualquer dúvida quanto à sua oportunidade e legitimidade.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Itaguaçu do Paraná, em área adiante descrita, desmembrado de Toledo, abrangendo os Distritos de Vila Nova, Novo Sarandi e parte dos Distritos de dois Irmãos e Vila Ipiranga, com 198,992 km<sup>2</sup> (cento e noventa e oito vírgula novecentos e noventa e dois quilômetros quadrados), conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

1) Com o Município de Nova Santa Rosa: inicia no Arroio Guaçu na foz do córrego Gavião, sobe por este até a foz da sanga Ubiretama, sobe por esta até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral sudeste pela divisa entre os lotes 43 e 49 da Fazenda Britânia até encontrar uma estrada de rodagem que é divisa do lote 54 com os lotes 55, 57, 58, 59, 72, 73, 74 e 75, segue por esta estrada até encontrar a cabeceira da sanga do Paim, desce por esta até a sua foz no córrego Jaguarundi, desce por este até a foz do arroio Dezoito de Abril.

2) Com o Município de Maripá: inicia no arroio Jaguarundi na foz do arroio Dezoito de Abril, sobe por este até encontrar a divisa do lote 22 com o lote 133 do 47º perímetro da Fazenda Britânia.

3) Com o Município de Toledo: inicia no encontro do arroio Dezoito de Abril com a divisa entre os lotes 22 e 133 da Fazenda Britânia, deste ponto segue pela divisa dos lotes 15, 14, 13 e 01 do 15º perímetro com os lotes 132, 131, 130 e 129 do 47º perímetro até encontrar a sanga Cavalo Morto, desce por esta até a sua foz no Arroio Guaçu, desce por este até a foz da Sanga Timburim, sobe por este até a divisa dos lotes 196, 197, 198, 199, 202, 203, 205, 207, 209, 211, 213, 215, 217, 219, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 232, 233 e 234 com os lotes 200, 201, 204,

206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 221, 226, 227, 230, 231 e 235 do 8º perímetro, por este segue divisa até encontrar o arroio Guaçu, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 31, 33 e 32 com os lotes 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29 e 30 do 7º perímetro, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 21, 20, 19, 33, 61, 73, 74 e 57 com os lotes 42, 30, 31, 32, 62, 72 e 75 do 6º perímetro da Fazenda Britânia, segue por esta divisa até encontrar a sanga Funda.

4) Com o Município de Quatro Pontes: inicia no encontro da divisa entre os lotes 75 e 57 com a sanga Funda, desce por esta até sua foz no Arroio Guaçu, desce por este até a foz do córrego Gavião.

## Memorial Descritivo do Quadro Urbano de Itaguaçu do Paraná

Ponto de partida no marco nº 36/52 das chácaras de Vila Nova, e na rua situada no canto Sudoeste do quadro urbano do mesmo Distrito. Desse ponto, segue-se com azimute de 90º00' rumo Leste, numa distância de 2.239 metros lineares, onde defletimos, com o azimute de 0º00', numa distância de 598 metros, sendo 360 metros pela divisa das chácaras nºs 66 e 67, 25 metros de largura da Avenida Rio Pardo e 213 metros no lote rural nº 71, do 15º Perímetro da Fazenda Britânia; desse ponto, segue-se com o azimute de 290º09', rumo NO, numa distância de 710 metros, pela divisa dos lotes rurais nºs 71 e 72 do 15º Perímetro da Fazenda Britânia; desse ponto, segue-se com o azimute de 270º00', rumo Oeste, numa distância de 1.050 metros, divisa das chácaras nºs 103/104, 89/90 e 81/82; desse ponto, defletimos, com azimute de 337º29', rumo NO, pela divisa das chácaras nºs 81/80 e 79/78, da localidade de Vila Nova, numa distância de 216 metros; desse ponto, segue-se com o azimute de 238º03', rumo SO, pela divisa das chácaras nºs 78, 73 e 72 e o lote rural nº 154 do 15º Perímetro da Fazenda Britânia, numa distância de 492,9 metros lineares; desse ponto segue-se com o azimute de 118º59', rumo SE, numa distância de 40 metros lineares, entre a chacara nº 71 e a estrada vicinal; desse ponto, defletimos, com o azimute de 180º00', rumo Sul, numa distância de 710 metros lineares, pela divisa das chácaras nºs 71/65 com a rua e chácaras nºs 52 e 53 com a rua, onde encontramos o ponto de início da presente descrição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Élio Rusch, Algaci Túlio, Edgar Bueno, Ademir Bier e Nereu Moura.

#### JUSTIFICATIVA:

Buscam as comunidades dos Distritos de Vila Nova, Novo Sarandi e parte dos Distritos de Dois Irmãos e Vila Ipiranga, conjuntamente, a emancipação político-administrativa, para com autonomia gerir seu próprio desenvolvimento e consolidar o seu progresso econômico e social.

Tratam-se de Distritos que se desenvolviam ao longo de sua existência, graças a dedicação e trabalho de sua gente pioneira, que soube muito bem transformar a região na mais pujante produtora agrícola e com isso despertaram interesse que fez os pequenos povoados crescerem e se tornar em grandes e desenvolvidos distritos.

Tem população acima de 6.000 habitantes, existe comércio, indústrias, produção agrícola e pecuária e outras atividades que comprovam todo o seu potencial econômico e financeiro, para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento; tem capacidade de oferta de ensino público fundamental; tem infra-estrutura básica no tocante ao abastecimento de água potável, energia elétrica e serviços de telefonia e ainda, capacidade de serviços públicos de saúde. Tem enfim, todas as condições exigidas por lei para a sua emancipação e será, com absoluta certeza um grande município do Paraná.

Solicitamos apoio e aprovação do presente Projeto de Resolução, pois assim, a Assembléia Legislativa fará inteira justiça para com aquela população ordeira, trabalhadora, cumpridora de seus deveres e muito capaz.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 119/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Bairro 60 Alqueires - AM 60, com sede e foro no Município de Carlópolis / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro 60 Alqueires, fundada em 06/07/1996, está localizada no Bairro do Jacinto, Município de Carlópolis / PR e é uma sociedade civil sem fins lucrativos.

Destina-se à representação dos moradores do Bairro 60 Alqueires nas questões relativas à melhoria de condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais daquele local, promovendo e contribuindo para a organização popular e comunitária do bairro.

Por não possuir fonte de recursos própria, sobrevivendo de doações e organização de eventos, a Associação em questão necessita ter declarada sua utilidade pública, para que possa pleitear recursos junto aos Órgãos Públicos com o intuito de dar continuidade ao trabalho ali desenvolvido em prol da comunidade local.

PROJETO DE LEI Nº 120/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O procedimento de desconto da mensalidade sindical e associativa em folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Paraná e o repasse dos valores descontados para as respectivas entidades será regulado pela presente lei.

Art. 2º - Para efeitos da presente lei, considerase-se:

I - Entidade credora - todo e qualquer sindicato ou associação representante de categoria de servidores públicos do Estado do Paraná devidamente registrada e em funcionamento, segundo os preceitos da Lei Civil e de acordo com a Constituição Federal;

II - Mensalidade sindical e associativa - contribuição mensal fixada em assembléia da entidade correspondente, destinada a manutenção de sua atividade, podendo também servir para os fins previstos pelo inciso IV do art. 8º da Constituição Federal;

III - Autorização individual - documento subscrito individualmente pelo servidor público do Estado do Paraná, devidamente filiado à entidade sindical ou associativa, onde restem fixados os parâmetros da mensalidade, seja em valores pecuniários, seja através de porcentagem sobre o vencimento ou remuneração do servidor autorizante.

§ 1º - Fica autorizado o desconto em folha de pagamento de outras contribuições aprovadas em assembléia.

§ 2º - As atuais autorizações de desconto em folha de pagamento, já consignadas na SEAD, ficam garantidas na presente lei.

§ 3º - Os valores das mensalidades associativas e sindicais serão comprovados mediante cópia da ata da assembléia que os determinaram.

Art. 3º - Para fazer jus ao código de consignação em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares ativos ou inativos, a entidade sindical ou associativa deverá comprovar seu regular funcionamento e atuação, em requerimento dirigido à Secretaria de Estado da Administração e mediante o preenchimento do Cadastro de Consignatária, onde sejam juntados os seguintes documentos:

- a) estatuto da entidade;
- b) ata da posse e/ou eleição da diretoria;
- c) cópia do CGC, da entidade;
- d) cópia da ata da Assembléia que aprovou a consignação em folha de pagamento.

Art. 4º - A soma da consignação prevista na presente lei com as demais autorizadas pelo servidor público não poderá exceder o limite de 70% (setenta por cento) da remuneração do servidor consignante.

§ 1º - Caso haja rompimento do limite previsto no caput do presente artigo, ficam automaticamente suspensos os descontos de consignação, na ordem do mais recente para o mais antigo.

§ 2º - A entidade consignatária deverá ser cientificada do cancelamento do desconto consignado pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 5º - Fica o Estado do Paraná, através do respectivo órgão consignante, obrigado a fazer o repasse dos créditos devidos em favor das consignatárias, na data do pagamento ao servidor.

Art. 6º - Serão cancelados os descontos a pedido dos servidores autorizantes, desde que estes comprovem já haver notificado a entidade consignatária do cancelamento.

Art. 7º - Será deduzido 1% da soma dos descontos a serem repassados as entidades consignatárias para pagamento das despesas de operacionalização do procedimento nesta Lei regulado, valor que será recolhido ao Tesouro do Estado do Paraná.

Art. 8º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, adequará imediatamente a situação existente com o disposto na presente lei, sem solução de continuidade das consignações atualmente realizadas.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Péricles Mello, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti e Hermes Fonseca.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao regular o capítulo referente aos direitos coletivos dos trabalhadores, o Constituinte de 1988 elevou a livre organização das entidades sindicais à condição de direito imanente ao núcleo primordial do Estado Democrático de Direito em nosso país, dando-lhe status jurídico de garantia constitucional, conforme a regulamentação estatuída, especialmente, pelos dispositivos dos arts. 8º e 9º do texto constitucional em vigor. E, corolário do direito citado, exsurge o direito a livre associação sindical, que compreende desde a impossibilidade da interferência do poder público no funcionamento das entidades sindicais até o direito à autonomia de manutenção destas pelos trabalhadores que compõem a categoria representada.

A disposição jurídico-constitucional de proteção à liberdade de associação sindical não tem origem etérea; decorre de tratados internacionais - Convenções - fixados pela OIT - Organização Internacional do Trabalho e devidamente ratificados pelo Brasil. No específico caso da vedação à interferência do poder público, enquanto Estado e enquanto entidade empregadora, na liberdade de associação sindical, destacam-se as Convenções nº 87, 98 e 151 da OIT, valendo a pena ressaltar que esta última regulou no plano internacional, em específico, o direito de sindicalização dos trabalhadores da administração pública.

Especificamente em relação aos servidores públicos, e na exata direção apontada pela Convenção nº 151 da OIT, a Carta Magna de 1988 elevou o direito à livre associação sindical do servidor público também à condição de garantia constitucional, conforme regula o inc. VI do art. 37 da Constituição que, como sabido, institui os princípios norteadores da administração pública em nosso país.

Particularmente no Estado do Paraná, também restou consignada a liberdade de associação sindical ao servidor público pela Constituição Estadual, nos mesmos termos da Carta Magna, conforme o inc. VI do art. 27 da Lei Dirigente Estadual. Somente de se ressaltar que em nosso Estado avançou o Constituinte Estadual em relação ao Constituinte Federal ao regular também a proteção ao dirigente sindical do serviço público. Isto a dispor no art. 37 da Constituição Estadual sobre a extensão da garantia de manutenção da carreira do servidor público eleito dirigente sindical, seguindo, de forma avançada, o parâmetro fornecido pelo art. 6º da Convenção nº 151 da OIT. Outro notável avanço da Constituição Estadual foi a estipulação da possibilidade de

licenciamento de alguns dirigentes sindicais, conforme preceito do § 2º do art. 37 da Constituição Estadual, direito que restou regulado pela Lei Estadual nº 10.981/94.

Isto significa afirmar que a normatividade jurídica constitucional nacional e, em especial, do Estado do Paraná, no que concerne ao direito de sindicalização, consagra como regra fundamental o direito à liberdade de associação sindical, sem qualquer interferência prejudicial ou lesiva do poder público, como Estado e entidade empregadora, na organização e manutenção das entidades sindicais. E tal liberdade de associação sindical necessariamente deve ser interpretada de maneira a permitir o livre funcionamento da entidade sindical, também em relação à sua sobrevivência econômica, conforme, não obstante, o preceituado especificamente pelo art. 5º, incisos 1, 2 e 3 da Convenção 151/OIT, aplicável, como exposto, aos servidores públicos.

Assim, e na mesma lógica normativa fixada pelo art. 545 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que, ao regulamentar a liberdade de associação sindical, já estipulava a obrigatoriedade do empregador descontar em folha de pagamento a mensalidade sindical individualmente autorizada pelo empregado filiado à entidade sindical, tem o presente projeto de lei o escopo de regulamentar o procedimento de autorização do desconto dos servidores sindicalizados em folha de pagamento em favor dos seus respectivos sindicatos, dando vigência e regulação adequada a este importante direito previsto constitucionalmente. Isto de maneira a não causar prejuízos nem ao livre funcionamento das entidades sindicais de servidores públicos, cuja única fonte de receita é a mensalidade paga pelos servidores às mesmas filiados, e nem ao Erário Público Estadual, visto que a autorização é individual e o Estado é ressarcido pelo serviço prestado, no percentual de 1% sobre o total arrecadado pelas entidades.

Pelo que conclamamos os nobres Pares desta augusta Casa de Leis à aprovação deste projeto, de forma a pacificar as relações entre Poder Público e entidades sindicais, conforme a exigência constitucional, e de dar plena vigência às determinações constitucionais relativas ao direito da livre associação sindical.

PROJETO DE LEI Nº 121/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Conselho Comunitário de Segurança Pública do

Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, foi constituído no dia 4 de maio de 1996, e registrado no dia 07 de agosto de 1996, sob nº 2103, livro "A/2", de pessoas jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, Sonie Maria Buscarons, Comarca de Rio Branco do Sul, inscrito no CGC/MF sob nº 01.378.151/0001-40, declarado de Utilidade Pública Municipal, pela Lei 446/97, de 25 de março de 1997, tendo por objetivo principal, desenvolver programas na área de segurança pública.

O Conselho, além dos objetivos já mencionados, também, organiza e desenvolve programas na área social, sem nenhuma discriminação, atendendo o que dispõe seu Estatuto e cooperando com órgãos públicos e entidades afins.

O Conselho, com vista o cumprimento de suas finalidades e a manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém entrosamento com organismos públicos, instituições congêneres e comunidade em geral.

Sendo de conhecimento de todos, que não há justiça sem lei, portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar a entidade em epígrafe, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 122/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido, a implantação de pelo menos um exemplar da Bíblia Sagrada, escrita em linguagem braile, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei, que ora proponho, tem por objetivo principal, minimizar as dificuldades encontradas pelos portadores de deficiência visual, em ter acesso, à Bíblia Sagrada, assim como, outros livros

congêneres, escritos em linguagem braile, dando-lhes, a oportunidade, de poder lê-los, quando assim o precisarem.

Por este motivo, e considerando que tais exemplares, não são encontrados com muita facilidade, seria de grande valia, a implantação dos mesmos, em todas as Bibliotecas Públicas do Estado do Paraná.

É o mínimo, que podemos fazer, para minimizar as dificuldades encontradas pelos nossos irmãos, que não possuem uma das maiores dádivas do Criador, que é a Visão.

PROJETO DE LEI Nº 123/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas e/ou consórcios responsáveis pela construção de barragens formadoras de lagos, ficam obrigados a proceder a limpeza no leito da área a ser inundada.

§ 1º - A limpeza de que trata este artigo, implica na remoção de toda vegetação existente na área de inundação, não adaptável às novas condições de alagamento.

Art. 2º - O método e os critérios para a limpeza referida no artigo 1º, serão definidos e fiscalizados pelo IAP ou pelo órgão que o Poder Executivo vier a definir.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta lei tem por objetivo garantir as condições convenientes à vida e reprodução da fauna e da flora, além de permitir o uso adequado da floresta pré-existente e propiciar, nas áreas alagadas, condições de navegabilidade e aproveitamento de turismo saudável e rendoso, como alternativa de contribuição à melhoria na qualidade de vida.

Com esta consciência, conto com a aprovação do presente pelos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 124/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA (Ácido Desoxirribo Nucleico) para comprovação da pater-

nidade, quando solicitado em juízo, às famílias comprovadamente carentes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O filho natural, portanto nascido fora de uma união legal, muitas vezes depara-se com sérias dificuldades para comprovar seus laços de paternidade tendo, como consequência, inúmeras implicações de ordem jurídica, inclusive, quanto ao direito à pensão e à herança.

A situação fica agravada quando, para a devida comprovação, se lhe é exigido o exame do DNA e o mesmo não dispõe de recursos financeiros para fazer frente às despesas.

É dever do Estado dar assistência a todo cidadão, independente das condições em que foi gerado.

O reconhecimento desse direito e seu asseguramento e garantia *fidejussória* através da lei, portanto, não é nenhum favor, mas sim questão de justiça. Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres deputados para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 125/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar 50% (cinquenta por cento) das multas aplicadas pelo DETRAN, da parcela que couber ao Estado, a creches mantidas por entidades comunitárias.

Art. 2º - O repasse será realizado mensalmente e de acordo com o número de crianças inscritas e atendidas pelas Creches, segundo Cadastro a ser mantido pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 3º - A Secretaria da Criança e Assuntos da Família publicará mensalmente o valor do repasse das multas efetuadas pelo DETRAN, bem como a quantia destinada a cada creche, identificado o número de crianças atendidas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:



O presente projeto de lei visa estabelecer critérios de repartição dos recursos arrecadados pelo DETRAN a título de cobrança de multas a infratores no trânsito.

Do montante dos recursos arrecadados, 50% (cinquenta por cento) do total dos recursos da cota estadual serão destinados à manutenção das creches mantidas por entidades comunitárias.

Certamente, o volume de recursos destinados às creches comunitárias servirá para desenvolver um extraordinário trabalho do Estado em benefício das famílias paranaenses, sobretudo as mais carentes, que necessitam do apoio e da ação governamental.

Do ponto de vista moral, o projeto de lei indica, com toda certeza, uma destinação coerente e dentro dos melhores princípios de justiça.

Caberá à Secretaria da Criança e Assuntos da Família repassar o recurso originado pelas multas e, inclusive, organizar um cadastro próprio e atualizado das creches e das crianças inscritas e assistidas por entidades comunitárias.

De outro lado, a repartição dos recursos obedecerá o critério *per capita* e caberá à Secretaria da Criança fazer publicar mensalmente o valor do repasse das multas do DETRAN, bem como a quantia destinada a cada creche, indicando o número de crianças atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Causou-me espanto hoje por ocasião da visita do Secretário Heinz a essa Assembléia, quando, observando aquilo que tinha acontecido, quer dizer, o Deputado Péricles de Mello faz uma intervenção técnica, o Secretário vem e coloca ideologicamente as suas posições. No meu entendimento posições neoentreguistas, neoliberais, com as quais não concordo.

Fui à tribuna para recolocar, sob o ponto de vista que temos, essas coisas que estão acontecendo aqui no Paraná e em todo o Brasil.

Lembro-me, Senhor Presidente, que um artista global, com a popularidade lá em cima, quando uma novela de grande audiência estava no Brasil, ele foi contratado para fazer propaganda contra o patrimônio público brasileiro, no meu entendimento. E aparecia sob a égide dos neoliberais desses que estão mandando no País.

E aqui no Paraná é o seguinte: vale a pena vender a Vale do Rio Doce. "Vale uma banana". Consumiram com a Vale do Rio Doce, queimaram uns 22 bilhões do Sistema TELEBRÁS, em apenas

uma semana, com aumento dos juros praticados sob a direção, podemos dizer, do próprio governo, do próprio banco Central.

E agora, quando recoloco o problema sob essa angulação das idéias do fundamental, da raiz, vi com espanto as intervenções desmedidas para o meu modo de ver, em relação àquilo que eu estava colocando. Estava fazendo o contraditório, sou um homem que me coloco contra o desmonte do estado brasileiro, que é aquilo que os neoliberais pretendem.

Vamos demitir o Estado do tudo, porque aí tudo vai ficar na mão de meia-dúzia. que coisa! Geralmente estão sempre de um mesmo lado político. Alguns até querendo fazer lembrar, e para mim não é necessário isso, que o PMDB tem gente no governo federal.

Tem sim: são aqueles que traem o estatuto do Partido, que ao longo de todos esses anos se enfiaram dentro das nossas casas de liberdade, que eram os diretórios do MDB, para trazer para dentro do nosso Partido, onde a idéia dominante era a idéia da organização popular.

Eles vieram para dentro, para trazer o quê? Aquilo que o Senhor José Sarney e os outros trouxeram, que foi, na realidade, um verdadeiro "cavalo de tróia" para comer o MDB e o PMDB pelas suas próprias entranhas. E quero deixar bem claro o seguinte: que reafirmo e gostaria de estar fazendo nesta tarde o Grande Expediente talvez faça amanhã para recolocar as coisas que tenho ao longo de todo esse tempo, robustecidas no meu convencimento.

Ninguém vai me convencer do pedágio, do jeito que está sendo colocado.

Existem dúvidas. Coloquei, e me parece que não entenderam. Quando estavam discutindo se a tarifa era justa ou não, trouxe aqui uma conta de uma área de terra de 30 mil metros quadrado. Comprada por quem? Por uma empresa concessionária. Ela recebeu a concessão e comprou uma área ali na minha cidade. Pagou exatamente 524 mil reais para uma área de 30 mil m<sup>2</sup>. Deixa bem claro que vale pagar qualquer preço para ter essas estradas do povo nas nossas mãos. Porque teremos ali adiante o retorno de tudo isso.

É a minha convicção. Argumentei da seguinte maneira quando falaram que cada um paga o que bem entende. Ninguém vai comprar uma galinha na feira pagando dezoito mil reais por ela. A não ser que ela bote ovos de ouro, senão, é estupidez. Esses investimentos são feitos dessa maneira, porque é vantajoso. Levando-me à conclusão que aquela tarifa que foi lançada aqui no Paraná era boa? Atendia os interesses paranaenses? Ah! Atendia. Era ótima. Uma maravilha. Então, por que é que antes das eleições cortaram essa tarifa pela metade? Qual

era a tarifa boa? Cinquenta por cento daquilo que era? Ou aquela que estava na plenitude do seus 100% nutridos? Essas dúvidas ficam aí.

Gostaria de dizer que o caminhar longo que tenho dentro da política me deu a coragem, e fiz isso quando deputado, quando prefeito, quando dirigente partidário, o destino me deu coragem para mudar as coisas que poderia mudar. Deu-me serenidade para identificar as coisas que não posso mudar.

Quando digo eu não posso mudar, quero dizer o nosso partido, aqueles que pensam de maneira igual. Deu também sabedoria para diferenciar uma coisa da outra.

Claro que aquilo que estamos falando aqui não surtirá um efeito na maneira de interpretar esse problema.

Mas é preciso recolocar tudo isso. Fiquei abismado com os gestos praticados pelo meu amigo Secretário Heinz, que conheço dos nossos governos do MDB e PMDB quando fazíamos estradas, sim, com o dinheiro que o governo arrecadava. Agora o dinheiro sumiu, como diz o secretário. Só existe dinheiro lá fora. Porque é que colocaram para todo o povo do Brasil que precisávamos vender tudo? TELEBRÁS, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, Caixa Econômica, estradas. Tudo privatizado! O povo, através do seu sacrifício, durante décadas e décadas constrói um patrimônio público e depois os neoliberais vem, sem nenhuma cerimônia, e desmontam com tudo, dizendo falaciosamente que o caminho único da salvação da humanidade é o neoliberalismo. Pai da fome, da miséria e do desemprego e vamos continuar batalhando pelas nossas convicções, por aquilo que temos visto na prática. Falaram muito lá. Estrada não se faz com palavras.

Ora, tenho um dado que não gostaria nem de usar aqui, para dizer que dinheiro tem, sim. A oportunidade virá. O que quero dizer é que se está colocando de maneira determinada, estudada na cabeça de todo mundo, que a melhor coisa do mundo é você vender tudo aquilo que é do povo, através do seu trabalho e que está sob o poder do Estado, seja o estado brasileiro, estado paranaense ou de qualquer outro estado brasileiro.

Não nos conformamos com isso, a maior prova de tudo isso: Você pegue o sistema TELEBRÁS, 22 bilhões e esse aí ainda, arrumaram um pouco de dinheiro. Mas as moedas podres entraram como pagamento? Agora com a desvalorização do real, eles pagaram na verdade a metade daquilo que ficou convencionado, porque tinha uma parte que deveria ser paga após não sei quanto tempo.

O que é que fizeram? Com o aumento dos juros, com esse problema da crise que são eles mesmos que fabricam no mundo todo, num conluio dos grandes detentores do capital financeiro, os grandes

proprietários, sejam eles quais forem, eles fazem isso. Desmontam tudo, e em 10 dias o governo brasileiro perdeu 41 bilhões de Dólares.

Nem a venda do sistema TELEBRÁS, nem a venda da ACESITA, da Vale do Rio Doce... A Vale do Rio Doce, senhores deputados, teve, segundo a avaliação de uma empresa norte-americana, avaliado o seu patrimônio, tudo aquilo que estava na posse da Vale do Rio Doce, em 500 milhões de dólares. Pois bem, venderam ferrovias, navios, montanhas de minérios, venderam tudo aquilo que existia de tecnologia dentro da Vale do Rio Doce, por 3.3 bilhões.

Eu pergunto: Valeu a pena vender a Vale do Rio Doce?

Não valeu a pena, porque aquilo que pagaram, com um pouquinho mais aperto e de seriedade, na Declaração de Imposto de Renda o estado brasileiro conseguiria em apenas e tão somente 12 meses. Mas estamos vivendo estes tempos neoliberais, me espantei quando a tese dos neoliberais de outros cansados de apanharem como eu apanho ao longo de toda a vida, cansaram de defender as idéias que são imortais do humanismo, da solidariedade da cidadania. Sabem que eles estão dizendo que a ideologia morreu. As idéias estão mortas. Nós estamos vivendo de que?

Ora, uma sociedade que não quer se organizar em cima de rumos, de diretrizes, de idéias, não tem o amanhã, e a sociedade que volta as costas para o seu ontem, cortando as raízes de maneira irresponsável não vai ter futuro. É essa a posição.

"Tennyson" falou o seguinte:

"O estilo faz o homem". eu falo dessa maneira.

Com isso eu não estou querendo agredir a ninguém, como fiz hoje, quando da visita do secretário. Vi deputados se altercarem entre eles e fazerem movimentação, que não sei o que em relação a mim, quando estava ali como deputado defendendo as idéias do meu partido e o meu partido é o PMDB verdadeiro. Não é esse PMDB de fancaria, não é esse PMDB chapa-branca, não é esse PMDB que se curva sobre o império de todo e qualquer governante.

É um PMDB que aprendeu lá no bairro, no quarteirão, na vila, como vive o povo.

O nosso PMDB é aquele PMDB que colocamos aqui no governo do Paraná, com seus erros, com suas posições muitas vezes equivocadas, mas fizemos e estamos dispostos a fazer junto com o povo. Não queremos, como neoliberais demitir o Estado de tudo. O Estado não serve para nada! Vamos dar a energia atômica para meia dúzia de oportunistas que andam por aí! Vamos dar a nossa água, energia elétrica, vamos desmontar o BANESTADO, a SANEPAR, tudo. Para que serve o gov-

erno, então, nas mãos desses neoliberais? Olhem, vai aqui uma constatação: eu nunca vi tanto empresário por metro quadrado como nesses dias. Não sei porque nenhum me procurou. nenhum! Não estou fazendo acusação a ninguém, mas eles sabem que temos uma posição clara. Temos sido - meu líder Pessuti sabe disso - ao longo de todos esses anos, vítimas de muitas coisas, mas estamos aqui. Não desfalecemos na caminhada, mesmo que todas as coisas fossem colocadas contra nós. Continuamos no nosso caminho, querendo construir o Paraná e não condeno eu, a posição de ninguém. Cada um é livre para tomar as posições que bem entender. Tenho essa verdade, que é a minha verdade. Quero fazer proselitismo dela contra o neoliberalismo. Não me conformo, por exemplo, que a educação neste país caia na mão só de particulares. É a minha posição. O ensino tinha que ser gratuito e universal, mas se convencionou dizer o seguinte: "Olha, não tem dinheiro para nada! Puxa vida! Tem dinheiro aí. Tem setenta trilhões de dólares como dinheiro de motel de alta rotatividade para ser aplicado em todo e qualquer lugar. O secretário falou que não tem dinheiro para fazer estradas? Nós temos, sim. Buscar dinheiro lá fora é difícil? É nada! Todas essas prefeituras que estão aí, quebradas, mas fazendo empréstimos.

Na verdade, é que existe sim, a condição de se trabalhar e de se fazer as coisas. Quando mostro uma concessionária que pagou 524 mil Reais por 30 mil m<sup>2</sup> numa área alagada, fico em dúvida, sob esse aspecto, em relação àquilo que foi convencionado aqui no Paraná, citando uma tarifa, depois se cortando pela metade e agora se estabelece uma discussão. Vai se reajustar em quanto esse pedágio? Olhem, para se ter uma idéia e você Pessuti, que é ligado à área rural, se você carregar um caminhão com calcário, aqui em Rio Branco do Sul, chegar no primeiro pedágio, ao invés de pagar em real, tirar uma determinada quantidade de quilos da carga, daquilo que você está transportando e fizer isso em todos os pedágios, essa carga de calcário quando chegar em Cascavel, evaporou-se. Não existe. Se pagou mais por todos os pedágios que estão colocados no trânsito, daqui a Cascavel, de Rio Branco do Sul a Cascavel, do que o valor da carga e a argumentação do Secretário é a de que não haverá repercussão no preço de nada!

Só paga o pedágio quem usa a estrada. É mentira! Qualquer caminhoneiro, seja lá de onde for, qualquer dono de mercadoria, seja lá de onde for, sabe que pagando mais caro para transitar, ele vai encarecer o produto que está entregando lá adiante. Essa é uma posição minha.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Vossa Excelência me permite um aparte?

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Logo em seguida. Quero deixar claro que essa posição é uma posição que eu quero crer, seja de pelo menos parte significativa do meu partido dos deputados da oposição. Quando converso com lavradores eles dizem isso. E essas concessionárias não têm muito respeito não com a história, nem com a vida de ninguém. Entre a minha cidade e a cidade de Rolândia eles fecharam uma estrada que existe há 54 anos.

Quer dizer, começou praticamente antes da vida da minha cidade, aquela estrada aberta pelos lavradores. Infelizmente, hoje, aquela estrada como outras não são mais do povo. O argumento que elas voltarão como estradas do Edem, como estradas do paraíso, sempre prometem depois da morte ao poder público daqui à 24 anos. Vamos ver. Aqueles que tiverem coragem de viver num mundo neoliberal até lá, verão.

Concedo com satisfação aparte ao líder do governo Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Quero cumprimentá-lo, inicialmente, e pela primeira vez, o vejo fazendo uso dessa tribuna e quero dizer que sempre - ao longo da minha história política - admirei pessoas valentes. agressivas que também é o meu estilo. e Vossa Excelência faz um pronunciamento convicto e tenho certeza que não deixa nenhuma dúvida na sua posição. E quero cumprimentá-lo. Mas gostaria deputado, de dizer que é natural que Vossa Excelência deve ter ouvido do Secretário, temos deputado, algumas alternativas para a questão das estradas concessionadas.

Não vou entrar nos outros pontos porque não sou neoliberal, sou trabalhista, sou do PTB.

Queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência: Vossa Excelência dividiu o PMDB em muitas facções e de repente poderíamos achar uma solução para a questão da concessão das rodovias, através de uma parte deste PMDB que gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência se é o PMDB do senhor ou não é, porque o Ministro dos Transportes é do PMDB. Uma das soluções que poderíamos encontrar era devolver as rodovias federais ao governo federal e o ministro do PMDB assumir estas rodovias e mantê-las de uma forma que demonstrasse o respeito aos usuários paranaenses, porque, se assumimos responsabilidades do governo federal, assumimos porque as rodovias federais estavam em completo abandono.

Então, a pergunta e a indagação que faço e gostaria que Vossa Excelência interpretasse isso como um gesto de gentileza e até de travarmos o bom combate, porque respeito muito Vossa Excelência, queria saber se este ministro dos Trans-

portes de qual PMDB que é, e se ele for do seu PMDB, em quanto o senhor poderia ajudar para que não tivéssemos que assumir a responsabilidade do governo federal. Seria algo extraordinário se o Ministro Padilha do PMDB assumisse as rodovias federais e conservasse essas rodovias para que nenhum paranaense tivesse que pagar pedágio.

Desculpe minha intervenção, mas é uma pergunta que faço a Vossa Excelência e deixo aberto para o dia que usar a tribuna para que Vossa Excelência participe do meu pronunciamento.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Líder Valdir Rossoni, não tem que se desculpar, não. Fico engrandecido, o meu simples pronunciamento fica enriquecido com a intervenção de Vossa Excelência.

Gostaria de dizer o seguinte: aqui no Brasil vemos todos os dias o seguinte: uma campanha monumental contra os políticos, sejam eles vereadores, prefeitos, deputados, governadores, presidente. Todos os males que existem no país são advindos da classe política, os 160 bilhões de sonegação, não são só dos políticos, não. Os neoliberais, esses que estão mandando aí no país, entram com uma fatia muito grande nesta sonegação fiscal.

O que é que acontece com esse PMDB? Me lembro que eu, deputado aqui há 20 anos atrás, fui eleito presidente da Comissão Provisória; andei o Paraná, organizamos o Partido, e tínhamos colocado em prática o seguinte: aqueles que se assemelhassem a nós seriam aceitos, entrariam na nossa Casa de Democracia para derrubarmos a Ditadura Militar. Aliás, via a ditadura ser cantada aqui nesse Plenário em prosa e verso, durante anos e anos.

Pois bem, coloquei essa tranca na porta do PMDB. Lembro-me do ex-governador Leon Perez chorando, me pedindo junto com um advogado daqui que defendia os seus interesses, para entrar no MDB. Éramos MDB ainda. Começou a chorar o Senhor Leon Perez. E falei: "Olha, essas lágrimas não vão me convencer, porque chorei junto com meu companheiro João Ainek, que era cobrador da Viação Garcia, quando o prenderam, quando o torturaram e esmagaram os testículos desse companheiro." Aqui nesta Casa, no MDB, Vossa Excelência não vai entrar nunca, enquanto depender de mim. Eu fiz isso.

Mas, um partido que recebeu um rebotalho fisiológico como recebemos, ao longo desses anos, vocês imaginam um cara como eu, com o dedo espatifado por pintar na parede o nome da PETROBRAS, está lá, convivendo com pessoas que nos agrediram e você me fez uma pergunta, Rossoni, se esse PMDB do Padilha é o meu. Não é não! Quando nós, do PMDB, estávamos há pouco tempo em Brasília para fazer o lançamento de um candidato

nosso para concorrer até como alternativa, esse quadro aí. Vi o "seu" Eliseu Padilha deputados distritais de Brasília, vi ministros que estão aí, colocando dentro do plenário da Câmara Federal, aquilo que em toda a minha vida nunca tinha visto, bandidos acobertados pelo próprio Palácio do Planalto para fazer, enquanto organização partidária, executar a vontade dos seus filiados de todo o Brasil e fizesse o lançamento de uma candidatura própria à presidência da República. Não conseguimos isso.

Vi agressões de todos os cantos sob o patrocínio desses cidadãos, que para desgosto meu, para desgosto de muitos companheiros do PMDB, está sob o manto do PMDB; até diria que alguns estão homiziados dentro da sigla partidária.

Então, fico sem responder a Vossa Excelência, porque não seria nunca o interlocutor para esse tipo de coisa. Estou vendo coisas. Aquilo que eu falava há muito tempo atrás, só vimos na política do Brasil e aqui do Paraná, "cavalo voar".

Mas olha, outro dia tínhamos uma "bactéria" combatida pelo brasileiro. Qual era a bactéria? Arminio Fraga! Hoje o rapaz é penicilina. Ontem, bactéria virulenta, hoje é remédio. Vamos continuar combatendo sob aquilo que acreditamos.

Quero agradecer a extrema benevolência da Mesa, de todos os deputados, porque lembro-me quando deputado aqui - depois fui, seguidamente, constituinte, fui três vezes prefeito da minha cidade, fui deputado federal - as pessoas dizem assim, o mundo mudou, mas lembro que num dos meus primeiros pronunciamentos nesta Casa, há vinte anos atrás, fiz uma acusação ao então ministro Delfim Neto, responsabilizando-o pelo aumento da mortalidade infantil neste país por causa do arrocho salarial praticado pela ditadura militar, sob orientação desses economistas que seguem a escola de Friegmann, lá da nossa matriz, os Estados Unidos.

Pois hoje o problema está aqui. É a volta da dengue, da malária, da catapora, do chulé, de tudo que está aí de volta.

Sabem, é um fracasso monumental esse governo brasileiro e até certo ponto dos governos estaduais.

Então, quero deixar claro aqui que usarei, com a humildade que acho que tenho, sabe, a minha voz com a de outros, não numerosos aqui nesta Casa, para colocarmos de maneira clara e objetiva aquilo que pensamos.

Mais uma vez agradeço à Mesa por essa boa vontade em ceder minutos preciosos para este orador.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste domingo pela manhã, passei a vista por dois jornais: “Folha de São Paulo”, circulação nacional e jornal “O Estado do Paraná”, circulação estadual. O que vejo? A matéria do Gilberto Dimenstein - que mantém um dos projetos em que ele participa ativamente como um dos grandes pensadores e militantes da cidadania no Brasil, se é que posso qualificá-lo assim - uma matéria que diz assim: “Não existe criança de rua no Brasil”. E associa a sua idéia a isso que estamos vendo agora, a violência que está acontecendo a nível de Brasil, a banalização da violência, seqüestros, assaltos para tomar 05, 06 reais. Mas o texto avança e chega a constatar, por um estudo feito pela Universidade de Brasília e também pela Fundação Getúlio Vargas - que a violência, sobretudo a banalização dela, está associada à falta de escolas para as nossas crianças.

Diz Gilberto Dimenstein: “Não existe criança de rua, existe criança fora da escola. Ela não está na rua apenas porque é miserável ou vem de família desestruturada, mas também porque a escola não sabe como recebê-la e fazê-la prosperar.” Dizendo que no Brasil, com muito pouco de investimento por criança, 25 reais por ano, poderíamos diminuir significativamente o nível de violência, além de outros fatores como melhorar o país, o quadro de convivência, o nível de fraternidade, a percepção da vida e assim por diante.

Mas veja que o Gilberto Dimenstein coloca e a “Folha de São Paulo” dá, com bastante destaque, a esse processo de pouca importância à educação no Brasil.

E no jornal do Paraná, o quê vemos? Reclamação dos professores do Estado do Paraná ligados à APP Sindicato, que é o sindicato que defende a categoria mas também tradicional e historicamente tem defendido a escola pública e gratuita no Estado do Paraná. Portanto, a política da educação.

O Estado do Paraná, o Governo Jaime Lerner, cortou o fundo rotativo e o Fundo que vai do PROEM para a manutenção das escolas.

Depois de várias discussões no Brasil, sobre qual a melhor forma de se ter a gerência do recurso público da forma mais eficaz, chegou-se à conclusão que o fundo rotativo manda para a escola, existirá o conselho escolar, a direção da escola mais a associação de pais e professores que ajudam a fiscalizar, comprar lâmpadas, comprar uma tinta mais barata e não o Estado de longe, administrando tudo isso com superfaturamento e etc, tradicional na vida política e a corrupção endêmica que temos aí.

O fundo rotativo era uma forma das escolas terem dinheiro e bem administrar este dinheiro. O

governo Jaime Lerner acabou com este traço histórico: cortou o fundo rotativo.

Dizem os professores que estão lá na sala de aula: “Muitas escolas públicas do Estado estão em situação tão crítica que até está faltando giz. Alguns Diretores estão sendo levados à justiça por empreiteiras que executaram obras de melhorias”. Como funciona isso? O Secretário de Educação, o Governo do Estado do Paraná, convenceram vários diretores depois de vários relax em Faxinal do Céu, que o PROEM era a oitava maravilha, que era um dinheiro bom que viria e, que os diretores fizessem, com a APM, concorrência, Deputado Ademir Bier, para contratar as empresas. Pois o governo repassou a primeira parcela e não passou mais o dinheiro e agora que contratou foi a escola, os diretores coitados estão respondendo na Justiça porque não estão passando o pagamento, o calote que os diretores de escola levaram do Governo do Estado.

E olha, pela estratégia do governo Jaime Lerner na reeleição, os diretores foram os amortecedores de todo o movimento que vinha dos professores de base que eram contra o governo. Os diretores foram amortecedores daquela posição contrária à reeleição de Jaime Lerner depois de vários relax em Faxinal do Céu.

Continuando, está se reduzindo neste momento os vencimentos dos professores e é reclamação deles por conta do aumento da alíquota de contribuição previdenciária pelo PARANÁPREVIDÊNCIA. Dia 24, amanhã portanto, a maioria dos professores do Estado do Paraná, depois do recreio, irão fazer uma paralisação, se reunir e discutir, não o problema salarial, mas o problema de falta de carteira, falta de giz, falta de recursos para a ampliação e a falta de vagas na comunidade. Não vão discutir problema salarial, vão discutir a educação do Paraná que o governo está falhando. Dia 30 teremos uma marcha dos profissionais de educação. Servidores, secretários de escola, supervisores, professores que virão para Curitiba para fazer manifestações, pedir audiências, conversar conosco aqui na Assembléia porque é o caminho que eles estão encontrando para manifestar porque a sociedade, do jeito que está, pelo andar da carruagem, as pessoas nem têm para gritar e os professores que ainda têm um pouquinho de força vão gritar para que o governo acorde para a educação do Paraná. O PROEM foi aprovado aqui pela maioria dos deputados e nós sempre alertamos: O PROEM era a oitava maravilha. Cadê o dinheiro do PROEM? Cadê o dinheiro para as escolas do Paraná? Cadê o investimento na educação que, segundo a Folha de São Paulo, é uma das causas da violência no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, inicialmente quero cumprimentar o deputado Waldyr Pugliesi, que usando o horário do PMDB colocou com muita clareza, muita precisão o ponto de vista da Bancada peemedebista, a postura que o PMDB vem adotando já há algum tempo nesta Casa com relação à instituição, no Estado do Paraná, nas rodovias, do pedágio.

Queria também, na condição de Líder da Bancada do PMDB, complementar, se assim me permite o deputado Waldir Pugliesi, o questionamento que fez o deputado Valdir Rossoni. Se o PMDB Waldyr Pugliesi, se o PMDB de Orlando Pessuti e de outros companheiros é o mesmo PMDB do senhor Eliseu Padilha. Certamente, deputado Valdir Rossoni que o partido é o mesmo, mas a postura, os ideais e o comportamento de Waldyr Pugliesi, de Pessuti, dos demais integrantes da nossa Bancada peemedebista do Paraná difere, e difere muito, dos posicionamentos adotado pelo ministro Eliseu Padilha. Difere porque o PMDB do Paraná, sob a liderança do senador Roberto Requião, tem combatido com veemência o neoliberalismo que se implanta nesse país, sobre a batuta do governo federal, onde o PMDB do Paraná não tem assento.

O PMDB do Paraná tem combatido, tem liderado campanhas nesse estado e nesse país, em defesa da autonomia dos estados, em defesa do respeito ao pacto federativo, em defesa daquelas pessoas que defendem com seriedade, com intransigência o nosso país, a nossa nacionalidade.

Ainda há pouco o deputado Waldyr Pugliesi lembrava o Armínio Fraga, outrora odiado por todos do governo por estar ao lado daquele que especulava no dia-a-dia aqui no Brasil, senhor George Soros, e hoje de manhã quando ouvia os noticiários nacionais também me arrepiou, deputado Waldyr Rossoni, ao saber que o novo presidente da PETROBRÁS já não é mais um brasileiro nato como exige os estatutos da empresa que serão alterados. Está sendo nomeado um francês, que além da sua nacionalidade, não queremos aqui questionar, mas é também dono de um banco. Então, agora a PETROBRÁS também não é mais nossa, já estará sob o controle de pessoas que não nasceram neste país, e além do mais já sob o controle, o manto protetor, como diz Vossa Excelência, do sistema financeiro internacional, que também deve ter sugerido e exigido a presença de um banqueiro na presidência da PETROBRÁS.

Faço uso do Pequeno Expediente, senhor Presidente, para pedir apoio a um requerimento nosso de registro de um artigo publicado no Jornal

Impacto Paraná, escrito pelo jornalista Sílvio Sebastiani, e que faz comentários a respeito da gestão privada do Fundo de Previdência que a maioria dos deputados desta Casa aprovou. A instituição de um Fundo de Previdência com gestão privada. Ela lembra a todos nós o que aconteceu ao longo desses últimos anos com o MONTEPAR, que era o MONTEPIO, aqui do Paraná, que foi para o Rio de Janeiro, e que depois mudou de nome, agora é GNPP, e que sob o manto da gerência privada infelicitou a vida de milhares de funcionários públicos, seus contribuintes, que viram esvair-se ao longo do tempo todas aquelas contribuições que fizeram.

Então, peço apoio a esse requerimento nosso de registro do artigo do Sílvio Sebastiani, no qual eu recomendaria a todos que fizessem uma rápida leitura, porque afinal de contas ele contribui de forma decisiva para que possamos formar e ampliar ainda mais os nossos conhecimentos.

Senhor Presidente, eram essas as considerações que tinha a fazer no Pequeno Expediente. Mais uma vez quero cumprimentar o deputado Waldyr Pugliesi, que mais uma vez demonstra com clareza e emoção o seu perfil, que ao longo do tempo manteve, apesar de todas as agruras que passou no exercício da sua função pública que passa ainda hoje, quando da justiça da comarca de Arapongas é submetido semanalmente a audiências e interpelações para justificar muitas vezes a aquisição de meia dúzia de pãezinhos que fez, quando prefeito municipal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente, senhores deputados, acho que foi importante a reunião de hoje de manhã com o secretário de Transportes. Vou fazer um requerimento e espero ser atendido, solicitando as notas taquigráficas da reunião de hoje de manhã, porque nós temos algumas pérolas raras, que precisam ficar na história do Paraná. mandarei cópias dessas notas para o Conselho Regional de Engenharia e também para algumas entidades técnicas, para que se analise algumas colocações do secretário.

Pasmem os senhores! Dissemos ao secretário, que a proposta comercial da RODONORTE estava superfaturada em até três vezes a tabela de custos unitários do DER.

O secretário primeiro disse que não sabia, não tinha certeza, que havia superfaturamento. Mas que também deveríamos considerar que as obras da concessionária são por 24 anos e se cair uma ponte ou uma obra qualquer, durante 24 anos, elas terão prejuízos. Indiretamente o secretário colocou que as

obras poderiam ser superfaturadas, porque tinham que durar 24 anos. Qualquer profissional de engenharia sabe do absurdo que ele disse. É uma coisa que não dá para compreender - um secretário poder vir aqui e dizer uma coisa desse tipo: justificar superfaturamento em cima de risco de obra. Já por si só esse argumento é fantástico e absurdo, mas estão lá nas notas taquigráficas.

Em segundo lugar, quero esclarecer a essa Casa, que para tudo isso existe seguro, pago com o dinheiro do povo, através do pedágio.

Temos aqui o resumo do fluxo de caixa das concessionárias. Elas irão gastar só em seguros e garantias 217 milhões de reais. Que seguros são esses? São vários seguros, de todos os tipos e formas. A concessionária fará e manterá em vigor os seguintes seguros: Seguro de danos materiais: cobertura às perdas, destruição ou danos havidos em todos os bens móveis e ou imóveis integrantes das obras, e/ou da administração objeto desse contrato, compreendendo: - Coberturas básicas, incêndio, obras civis em construção, instalação e montagem, quebra de máquinas, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis, automóveis, quedas de raios, desmoronamentos. Um exemplo, desmoronamentos foi o exemplo que ele deu, um aterro que desmorona, deputado Waldyr Pugliesi, o secretário deu o exemplo do aterro que desmorona. Está aqui, desmoronamento tem seguro que paga. Alagamentos, valores vivos, coberturas adicionais, danos elétricos, explosões, despesas extraordinárias, tumultos. Até contra tumultos têm seguro de incêndio que nós pagamos, porque está embutido no custo das concessionárias e é pago através da tarifa de pedágio!

E mais uma coisa, Senhores Deputados, muito importante: Seguro de responsabilidades, inclusive se um projeto de um engenheiro der errado e uma obra cair, tem seguro.

E por último, seguro de lucros cessantes, isto é muito importante! O principal argumento colocado pelo Secretário, que não podia romper o contrato com as concessionárias é porque o Estado ia ter que pagar às concessionárias lucros cessantes, mas tem seguro para isso! Seguro de lucros cessantes, coberturas, prejuízos relativos à perda de receita, decorrentes de eventos cobertos nos seguros de danos materiais, compreendendo: - consequências financeiras do atraso do início da exploração da concessão, consequências financeiras da interrupção da exploração da concessão. Ou seja se o Governo do Paraná romper o contrato por algum motivo, vai ter prejuízo financeiro por interrupção.

Existe o seguro, está aqui no nosso resumo de fluxos de caixa. Repito, só em seguros e garantias, R\$217.106.028,00.

Portanto senhor presidente, senhores deputados, nós temos motivos para entrar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo porque o secretário não conseguiu explicar, eu perguntei, o deputado Pessuti perguntou novamente, por quê, e ele não conseguiu explicar.

Quem usou da palavra com um pouco mais de propriedade foi um deputado da bancada governista, aqui de Curitiba. O secretário não conseguiu explicar, por quê? As divergências acerca da aplicação de cláusulas contratuais que porventura não puderam ser sanadas por recurso às regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com os seguintes critérios:

Item A - as normas das leis. Claro é uma norma geral, legal que tem que ser seguida, a concessão, senão o contrato não vale.

Item B - cláusulas do contrato. Evidente.

Item C - as normas de procedimento e seus anexos.

Item D - a proposta comercial. O único momento que entra custos para dirimir conflitos é no item D. E do que trata o item D? Da proposta comercial superfaturada em até 400, 300%, em relação ao DER, das concessionárias. O secretário não conseguiu explicar.

Nós fizemos a seguinte pergunta: Senhor secretário se foi o DER que fez o estudo técnico, através de tarifa básica, para definir as obras que seriam feitas no contrato, então é este estudo técnico, são estes valores do DER que têm que estar aqui no Item D, para dirimir conflitos de contrato. E a proposta comercial não vale para nada, mesmo que seja superfaturada a concorrência não era por preço, como ele alegou, e não era mesmo, por que então que no Item D, para dirimir conflitos está a proposta comercial e não os valores do estudo técnico do DER? Isso significa tão somente o seguinte, este contrato é um contrato lesivo ao interesse público, de forma consciente o governo do Paraná fez um contrato para ficar de mãos atadas, até certo ponto e qualquer discussão de custo e tarifa que ocorra entre governo e concessionária o juiz que julgar vai analisar o contrato e vai dizer: - Bom já que tem conflito entre o governo e as concessionárias, o que vai definir o preço correto e justo é a proposta comercial das concessionárias que provamos, demonstramos claramente, mostramos documentos oficiais do próprio Governo, está superfaturada em até 40% e é nesta proposta comercial que uma praça de pedágio custa 4 milhões de reais. Repito: há 7 praças do lote 5, mesmo sendo diferente uma da outra, custam 28 milhões de reais. Parece que os computadores são de ouro. Devem ser banhados a ouro os computadores dessas praças de pedágio qualquer leigo sabe disso, para que custe 4 milhões.

Na concepção do secretário, pode ser destruída a praça, ele ter que refazer. Então, tem expectativas de 24 anos.

E, nesse próprio argumento que é “fajuto e ridículo”, do ponto de vista técnico e da engenharia civil, ele não tem nenhuma sustentação, porque no contrato está lá: seguros por todo tipo de dano, qualquer problema que possa ocorrer com qualquer obra, e que pagamos os seguros através das tarifas dos caminhoneiros, as pessoas que andam de carro nas rodovias têm que pagar.

Portanto, achamos que o caminho correto para dirimir essas questões, para que haja um controle público efetivo, um controle social sobre o Estado, é fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E foi para destacar esses fatos, senhores deputados, que não quisemos entrar em debate ideológico, porque tenho certeza, se eu fizesse esse debate o secretário só iria falar nisso. Ele só se referiu a mim, que sou Deputado do PT. A estratégia é sempre desclassificar o adversário, atacar o PT colocando estigmas sobre o partido. Ele tentou, a todo o momento, desviar o debate técnico. E por isso quis fazer o debate técnico para a questão ideológica. Só por esse motivo preferi não entrar nas questões ideológicas e nas questões de compreensão desse processo de concessão de rodovias.

E aí está a essência da coisa, Deputado Algaci Túlio.

Vou repetir o que já disse, e agora vou ser repetitivo, como diz o líder do governo. Mais uma vez é importante que algumas verdades sejam repetidas. De um dia para outro o governo entregou um poder enorme nas mãos de 6 grupos econômicos. O poder de monopolizar as estradas paranaense por 24 anos. Sabem o que significa esse poder? Significa poder de influência sobre o Estado, de cooptação sobre o aparelho do Estado. Influência econômica.

Se for necessário, até comprar pessoas para manter o poder. Demos a essas empresas, de um dia para outro, esse poder. Todo mundo sabe o quanto é difícil fiscalizar essa empreiteira, mesmo que seja uma obra de 1 ou 2 anos que tem uma equipe técnica, como a COPEL tinha, nas barragens. Uma equipe do mais alto nível que morava na obra fiscalizando, medindo metro por metro a obra feita pela empreiteira. E já era difícil fiscalizar. Agora, imaginem fiscalizar uma empreiteira por 24 anos. É praticamente impossível isso.

Isso é ideologia neoliberal, Essa essência dela, o resto é “conversa para boi dormir”. É a transferência de ativos do Estado para mãos de particulares que passam a ter um controle cada vez maior, fundido com o poder político do Estado. É a fusão jamais vista na história da Humanidade, entre poder de alguns grupos econômicos e poder

político. Isso é neoliberalismo. Essas empresas não concorrem com ninguém. Elas têm o monopólio da exploração, por isso não correm nenhum risco. O risco é pago o seguro. É diferente.

Quando se privatiza uma Vale do Rio Doce ainda o neoliberalismo pode ter um argumento criticando as estatais, dizendo que elas são ineficientes, as estatais que eles mesmo criaram, nos governos passados. Quem compra a Vale do Rio Doce vai gerir um processo de trabalho, vai desenvolver produtividade, vai concorrer no mercado com outras empresas semelhantes. Quem tem uma rodovia não concorre com ninguém. O monopólio privado de uma rodovia que as pessoas são obrigadas a passar por elas.

Por isso apresentamos proposta alternativa. Não viemos aqui fazer crítica pela crítica. Apresentamos uma proposta que é o controle social sobre o Estado, criando por lei o fundo rodoviário paranaense. O dinheiro do pedágio vai para esse fundo que vai ser administrado de forma democrática e transparente por um conselho. E o mandato dos conselheiros pode ser cassado a qualquer momento. Os conselheiros são: deputado, promotor de justiça, um secretário do governo, um representante do sindicato das transportadoras que, a qualquer momento que perceberem que esse representante foi comprado por alguém ou se corrompeu, é tirado esse representante. Há um controle sobre o representante. Não há mandato fixo.

Um representante dos caminhoneiros autônomos. Esse conselho iria administrar os recursos do povo do Paraná através do pedágio justo, democrático, transparente. Iria contratar empresas em licitações também transparentes, democráticas e justas para fazer obras. Poderia contratar empresas para fazer serviços médico-hospitalares, serviço de ambulância por dois ou três anos; outra empresa para serviço de guincho; outra para manter as rodovias; outra para fazer as obras necessárias. Temos certeza absoluta que teríamos um preço muito menor. E as pessoas pagariam um pedágio até defensável, numa crise que não se tem dinheiro para a saúde, para a educação. Pode-se até aceitar um pedágio. Desde que seja justo, não puna o caminhoneiro e não vá parar no bolso de apaniguados que se locupletam e enriquecem à sombra do Poder do Estado. Essas são as questões que colocamos.

Concedo um aparte ao Deputado Ricardo Chab.

### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado Pérciles Mello, aqui atrás votei contra a concessão das rodovias. Nominei meu voto contrário. Essa discussão de aumento de pedágio não cabe a nós, nesse momento, mas quero deixar bem clara minha opinião com relação ao aumento



de pedágio. Sou totalmente contrário. O momento de tarifar não é agora. A população sequer agüenta ganhar para o seu sustento e todos sabemos disso. Gostaria apenas de colocar a minha opinião.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO

Deputado Ricardo Chab, se for necessário para impedir esse aumento, pelo menos que esse aumento seja justo e sério, que o senhor assine a Comissão Parlamentar de Inquérito junto com a nossa Bancada.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Com relação à assinatura da CPI irei falar com os meus companheiros de Bancada do PTB com relação a possível assinatura, mas vejo com bons olhos a minha assinatura na CPI.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença dos vereadores de Santana do Itararé, José Isac e Antonio da Silva, como também cumprimentar aqui os nossos companheiros de Porto Barreiro, Valmir Escarpário, de Laranjeira do Sul, Carlinhos Vieira; e de Três Barras do Paraná, vereador Adelmo junto com o Clécio Viana que prestigiam a sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e sejam bem-vindos todos.

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem às 17:30 da tarde recebi um telefonema da prefeitura de Paranaguá e acabei me deslocando até lá, participar de uma reunião junto com o secretariado, associações de moradores, sindicatos, Câmara dos Vereadores e prefeito.

A cidade de Paranaguá, passa por um processo de pauperização muito grande. O porto de Paranaguá sempre foi a grande empresa empregadora naquela cidade. A previsão do ano de 1999 das exportações do Paraná, ultrapassa os 5 milhões de reais este ano, do Paraná.

Safra de soja, produtos agrícolas, em geral manufaturados, carga geral, 0,0001 FICA, ISS pago pelo porto da cidade de Paranaguá.

A cidade de Paranaguá tem um orçamento de 40 milhões/ano e o porto contribuiu com 2 milhões anuais para a cidade.

Mil e quinhentos caminhões entram na cidade, nesses dias agora de safra, todos os dias. Os problemas da cidade são enormes, o porto passa uma reestruturação, do ponto de vista da modernização do trabalho, novas tecnologia o que está trazendo profundo desemprego na cidade.

O prefeito da cidade e a sua equipe têm tido conversas com várias empresas do Estado do Paraná, que são empresas de refino de óleo, óleo de soja, farelo, farelo de soja, a questão da Klabin, para construção de depósitos na exportação de celulose, bubinas de papel. No entanto, a cidade de Paranaguá não tem uma área disponível para a locação dessas indústrias que poderiam ofertar empregos para a cidade.

Há uma discussão a respeito do projeto do parque industrial em função do EIA-RIMA.

O IAP, um órgão do governo do Estado, não tem sequer recebido a Prefeitura Municipal de Paranaguá. O IBAMA, também tem obstado sequer o recebimento da documentação em função da solicitação da prefeitura. Não há futuro para Paranaguá se não tiver nenhuma alternativa de desenvolvimento econômico, mesmo que seja alternativa que nós defendamos que é a preservação da natureza e do meio ambiente. Por isso, há um impasse muito grande.

Estou hoje, trazendo uma solicitação do prefeito da cidade, porque tem um grupo de deputados na Assembléia Legislativa, que têm uma vinculação com o litoral do nosso Estado, não só com Paranaguá, mas com Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Matinhos.

O prefeito precisa de uma audiência com o governador do Estado. Trago aqui em nome do prefeito Mário Roque, a solicitação ao deputado Marcos Isfer, ao deputado Takayama, ao deputado Algaci Túlio, ao deputado Nelson Justus, ao deputado Alborghetti, para que possamos agendar o mais rápido possível essa audiência.

Acho que esse tema interessa ao governo. É do interesse do governo do Estado, que é uma cidade, uma cidade historicamente importante para a construção do Estado do Paraná. As perspectivas são de desenvolvimento econômico, autosustentado preservando o ambiente. Estou convencido de que é essa a idéia, e por isso trago, com imenso prazer, esta solicitação e, espero que os senhores deputados nos ajudem, ajudem Paranaguá.

Nesse primeiro momento consegui uma audiência com o governador para que possamos superar o impasse vivido por aquela cidade.

Outrossim, também, apensando um requerimento, para que a Assembléia Legislativa convide, requeira a presença do secretário de Meio Ambiente do Estado do Paraná e do senhor responsável pela condução do IAP que é um organismo do Estado, e

que faça um convite porque não podemos requerer, mas que faça um convite ao representante do IBAMA para que nós, deputados, possamos saber quais os graves e os grandes empecilhos que existem em relação a possibilidade de liberação do Parque Industrial. Que essa discussão possa fluir com mais tranquilidade, o que não está acontecendo com relação a Paranaguá.

Então é esse o apelo que faço, o requerimento já está apensado na Assembléia, deverá ser votado. É um requerimento simples; queremos saber apenas algumas informações. E o grande apelo que a cidade de Paranaguá faz é de que possamos marcar uma audiência com o governador Jaime Lerner.

Deixamos aí a proposta para o líder do governo, deputado Valdir Rossoni, que é de uma grande pequena cidade do interior do estado do Paraná, sabe o quanto é importante que uma pequena cidade possa ter perspectiva de desenvolvimento econômico.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin, aparte.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Quero cumprimentar V.Exa., por ocupar a tribuna na tarde de hoje, para falar em favor do prefeito de Paranaguá, ou seja, em favor de Paranaguá.

Estive com o prefeito e, ele demonstrou uma preocupação muito grande em relação a esse parque industrial. Ele tem “n” argumentos que será preservada a área ambiental e que o Parque Industrial é fundamental para a cidade. Não vejo porque ter dificuldade em se marcar audiência com o governador. O líder do governo pode intermediar essa audiência o mais pronto possível e queremos nos colocar ao lado de V.Exa. e demais deputados em favor do povo de Paranaguá e mais especialmente, do povo do litoral.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Obrigado.

Vossa Excelência só enriquece o nosso pronunciamento. Espero que o líder do governo nos auxilie e auxilie o povo de Paranaguá.

A discussão que trago hoje, é uma discussão que pretendo trazer daqui para a frente aqui na Assembléia Legislativa do Paraná. Tenho acompanhado com preocupação, o desenvolvimento do governo do Estado, pelo governador Jaime Lerner, a conduta e a condução do governo, pelo governador Jaime Lerner.

Há uma diferença profunda entre o prefeito da capital de Curitiba Jaime Lerner e o governador Jaime Lerner. Parece que esses últimos anos, e de certa maneira os deputados que conhecem a figura política do governador podem confirmar isso, me

parece que, a conduta do governo do Estado, o governador entrou em alguns descaminhos. Perdeu-se, perdeu o trilho que vinha seguindo. O governador, quando prefeito dessa cidade, conseguiu construir uma imagem por valor ou por não valor, não importa, mas uma imagem de um homem que pensava estrategicamente o desenvolvimento dessa cidade e além de pensar estrategicamente o desenvolvimento dessa cidade de Curitiba, fruto das suas duas primeiras administrações do ponto de vista da solução de problemas urbanos, seja no sistema viário, seja na perspectiva indutiva de desenvolvimento, construindo avenidas, ruas, orquestrando um parque industrial para a cidade de Curitiba, enfim, o prefeito Jaime Lerner, ao longo do tempo, conseguiu de certa maneira, urbanista que é, trazer uma esperança para o povo do Paraná de que era um homem que se preocupava com o Estado do Paraná, não com as suas necessidades imediatas. Também com as suas necessidades imediatas mas se preocupava com o futuro do Estado do Paraná, isto é, como é que se dará o desenvolvimento, como será a vida dos paranaenses ao longo dos próximos dez, quinze, vinte anos.

Acho que a par desse perfil de administrador, de homem que consegue planejar e domar as rédeas do futuro, alguns outros valores, o perfil da personalidade política do governador Jaime Lerner, também foram acrescidos desta preocupação. O ex-prefeito Jaime Lerner sempre trouxe para a sua roupagem política, um valor importante para todos nós. É um homem que se preocupa com o desenvolvimento da vida das pessoas, do ponto de vista físico, se preocupa com o lazer de uma sociedade, construiu parques na cidade de Curitiba, construiu uma ciclovia, construiu objetos que podem transformar uma cidade numa cidade mais aprazível, como a Ópera de Arame, como o Jardim Botânico e também foi um homem que revestiu a sua personalidade política como um homem que pensa na sociedade do futuro, ao construir a Rua 24 Horas, isto é, uma avenida onde as pessoas não param de trabalhar e fica funcionando 24 horas por dia, de certa maneira, antecipando a sociedade do futuro, onde não haverá mais a questão do tempo intermediando o trabalho, o lazer e o serviço na vida humana.

Foram obras que, de certa maneira, foram cultuando a imagem do administrador. De um lado, um administrador que tem a previsão do futuro com o seu planejamento, com seu arcabouço técnico, pode trazer soluções inovadoras para uma cidade, para um estado e por outro lado, um homem vinculado ao futuro e também com preocupações tipicamente humanistas. No entanto ao assumir o governo do Estado do Paraná acho que, na condução do governo, o espaço geográfico que

era uma prefeitura, que é um terreno delimitado, que é uma área delimitada do espaço como se fosse uma prancheta, um espaço de papel na nossa mão, como o Estado do Paraná tem outras variantes que é modo de produção que são cidades, problemas sociais de outra natureza, de certa maneira tiraram o administrador do centro da sua atividade.

O Jaime Lerner passou a ser de um administrador de uma cidade, um homem que dava aulas em qualquer universidade do Brasil a respeito de como planejar e como administrar uma cidade que foi essa a imagem que foi cultuada e que foi desenvolvida pelo governante, ele passou a ser um homem muito mais simples, muito mais humilde, talvez, muito mais premido pela ótica do poder, de manter o poder na condução política propriamente dita de uma maneira pejorativa.

E assistimos a condução do governo do Estado do Paraná sem nenhuma ótica estratégica. Pelo contrário, na minha visão quero trazer esta preocupação para a Assembléia acho que o governador perde completamente o centro de como projetar o Estado do Paraná ao longo dos próximos 10, 15 anos do ponto de vista do que é importante para o Estado e se perdeu do ponto de vista administrativo.

Talvez não sei se pelos descaminhos que a administração, talvez não por culpa do governador, mas talvez por culpa da sua equipe, não é momento de fazer essa reflexão, o governo do Estado ou o governador ficou com uma imagem muito ruim, hoje, perante a população. E talvez o governador esteja olhando esta imagem que foi construída de si próprio nestes últimos anos e esteja preocupado com isso. Talvez o escândalo do Banco do Estado do Paraná tenha maculado uma imagem positiva que o Jaime tenha construído ao longo desses anos na administração da prefeitura de Curitiba.

Não sei se o escândalo dos precatórios, não sei se o escândalo da BANESTADO Leasing, não sei se a impossibilidade de o governador tomar uma atitude mais enérgica em função das evidências do que aconteceu no Banco do Estado. Na realidade impossibilitam o governador de governar o Estado do Paraná tal qual acho que grande parte dos paranaenses desejariam que governasse.

Além disso, acho que do ponto de vista estratégico do Estado do Paraná, já disse isso aqui numa outra oportunidade, não há nenhuma grande obra do governo Lerner que tenhamos até na propaganda, não há nenhuma grande obra que possa ser projetada, não só para os paranaenses, mas que possa ser projetada como uma coisa importante, criativa, inovadora que o governo Jaime Lerner fez no Paraná e que esteja apresentando como algo de sucesso para as outras unidades da federação.

Pasmem os senhores. A única grande coisa que o governador Jaime Lerner tem dito aos outros governadores e na mídia nacional é uma fórmula de resolver o problema financeiro do Estado do Paraná que é o Fundo de Previdência do PARANAPREVIDÊNCIA. Como uma fórmula de fugir da Lei Camata de tirar os 34% da folha dos pensionistas para resolver um problema financeiro.

Então, o grande Jaime, o grande administrador, o homem que podia trazer uma perspectiva de futuro que com a inovação, tendo a pessoa humana como centro da sua atividade, não tem obra nenhuma para apresentar à população do Estado do Paraná. Pelo contrário, a única grande obra que o Jaime Lerner tem neste início de governo e talvez seja a continuidade do seu governo, se não houver uma correção, é a solução com um Fundo de Previdência. Nós sabemos que o Fundo de Previdência apresentado pelo governador Jaime Lerner não é um fundo que vai salvar, de imediato, as contas públicas do Estado do Paraná.

Pelo contrário. A tentativa de buscar um bilhão e duzentos milhões no BNDS não deu certo. O BNDES não vai liberar esses recursos. A outra tentativa que o governador foi ao Banco Mundial buscar um empréstimo para financiar a constituição do Fundo de Previdência não está fácil, tem impeditivos, não deve vir dinheiro de financiamento externo. A outra tentativa que o governo faz é na busca de recursos junto à União, tentando fazer o encontro de contas com aquilo que o governo federal deve do INSS para o Estado do Paraná.

Não será fácil porque isso é um problema nacional e pela legislação que está sendo votada na Câmara Federal e no Senado, a proposta do Haully, não trará benefício significativos do ponto de vista de recursos para o Fundo de Previdência.

Então, na realidade, o Fundo de Previdência, do ponto de vista do seu cálculo atuarial, da sua provisão de Fundo de Previdência, do seu ponto de vista do seu cálculo atuarial, da sua provisão de fundos, deixa uma margem de risco muito grande os servidores públicos do Estado do Paraná, e conseqüentemente deixa os contribuintes do Estado do Paraná, que serão aqueles que serão chamados a terem que, solidariamente, cumprir os desatinos que porventura, o Fundo de Previdência ou o governo do Estado tenha, daqui para a frente.

Digo tudo isso porque tem duas questões que gostaria de chamar a atenção dos senhores deputados.

Na Assembléia Legislativa nós aprovamos a possibilidade da privatização da empresa de energia elétrica do Estado do Paraná.

Acabei de fazer um levantamento, e vi que a empresa COPEL, no ano de 96, recolheu, teve um lucro líquido, uma receita bruta de 1 bilhão, 372 milhões de Reais. Recolheu de ICMS para o Estado do Paraná 323 milhões, e teve um lucro de 193 milhões.

Em 97, a receita bruta foi de 1 bilhão, 603 milhões, recolheu 375 milhões de ICMS, e teve um lucro líquido de 302 milhões de Reais.

No ano de 98, a COPEL faturou 1 bilhão, 759 milhões, contribuiu com 415 milhões de ICMS para o Estado do Paraná e teve um lucro líquido de 403 milhões de Reais.

Ora, se somarmos os 3 anos, só de lucro líquido a COPEL deu 1 bilhão de Reais para o governo paranaense, e recolheu 1 bilhão, 114 milhões de ICMS para o Estado do Paraná.

O presidente da COPEL, acho que assessorando o governador do Estado, vem dizer que a COPEL, precisa ser privatizada, porque com a privatização do sistema elétrico brasileiro, a COPEL não ter condições de competir no mercado. Pergunto: Qual a empresa que não tem condições de competir, dando um lucro líquido em 98 de 403, contribuindo com ICMS de 415 e tendo um faturamento de um bilhão e 759 milhões? Gostaria de saber em quais análises, o Ingo Hubert se baseia para referendar junto ao governo do Estado a privatização da COPEL.

O que eu quero dizer com isso, é que pela capacidade da empresa, pelo próprio sistema que tem, pela possibilidade de contribuição com tributos para o Estado do Paraná, e mais ainda, por ser um agente de desenvolvimento do nosso Estado, estando presente em toda a malha produtiva do Estado do Paraná, acho que o governo do Estado faz um profundo equívoco, faz um profundo erro ao consolidar a privatização da empresa de energia elétrica.

Então, nesse sentido, nós vamos desenvolver daqui para a frente, a bancada do PT e o Partido dos Trabalhadores, uma campanha junto à sociedade de opinião, junto aos mecanismos de informação no Estado do Paraná, para que o governo do Estado não tenha a possibilidade de privatização da companhia de energia elétrica.

Achamos que é um instrumento para que o Estado do Paraná não tenha problema financeiros no futuro. Sabemos que a COPEL está como sustentador, talvez da única possibilidade de que o Fundo de Previdência dos funcionários públicos do Estado do Paraná esteja com o seu cálculo atuarial, a sua constituição do seu Fundo garantido. Esperamos que a COPEL possa contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado, tendo um faturamento e desempenho econômico financeiro como vem demonstrando nos últimos anos do nosso Estado.

Antes de concluir, gostaria de dizer aos senhores deputados que infelizmente, a verdade estava do nosso lado.

Quando brigamos por uma CPI no Banco do Estado do Paraná, motivados pelo escândalo dos precatórios, motivados pelas denúncias de graves irregularidades do Banco Del Paraná, motivados pela gravíssima irregularidade que hoje é objeto de uma ação judicial com quebra de sigilo do ex-secretário de Esporte e Turismo, o senhor Osvaldo dos Santos Magalhães; quando nós brigamos por uma CPI e que culminou com o Governo do Estado, em função do descalabro do Banco do Estado, culminou apresentando na Assembléia uma proposta de privatização do Banco e argumentou, do ponto de vista técnico com números. O senhor Giovani Gionédís veio a esta Casa e disse que o número tinha subido magicamente em questão de cinco meses, sem inflação no Brasil, de dois bilhões e seiscentos para perto de quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais. E nós, num esforço muito grande, por que não dispomos dos computadores, dos números que o Banco do Estado tem, que a Secretaria de Finanças tem, mas fomos atrás, trouxemos os ex-diretores, trouxemos o Luiz Antônio Faet - presidente do banco na gestão do Jaime Lerner - consultamos técnicos do Banco Central, que não podem ser citados os nomes, mas que nos passaram números a respeito do banco, da saúde financeira e dos problemas do Banco do Estado e fizemos um documento de que o número verdadeiro do Banco do Estado era na ordem de dois bilhões e trezentos e setenta milhões de reais. Esse documento foi apresentado na Assembléia Legislativa e foi mandado para o sendo Federal para que os senadores pudessem argüir o Banco Central a respeito do fantasioso número e a respeito do Banco do Estado de quatro milhões e quatrocentos milhões de reais.

Pois bem, hoje o Banco do Estado está sendo dirigido por um ex-ministro de Estado, o senhor Reinold Stephanes, ex-Ministro da Previdência. O Banco do Estado recebeu em títulos de governo federal a ordem de dois bilhões e seiscentos e cinquenta milhões de reais. Então, faltam ainda dois bilhões para serem repassados pelo governo federal ao Banco do Estado do Paraná.

A certeza que existe hoje dentro do banco é que não precisa vir um único centavo, um único centavo para o Banco do Estado do Paraná para que ele, ao longo do término do ano de 1999 apresente um lucro líquido, sem nenhum centavo a mais, na ordem de cento e cinquenta a cento e setenta milhões, com a projeção da média de inflação que está colocada nos dias de hoje para a economia, para o Banco do Estado do Paraná.

Digo isso, porque a irresponsabilidade nossa ao permitir que esse empréstimo se consolide, na

realidade nós vamos estar endividando o Estado do Paraná por 30 anos a juros de 6% ao ano e fazendo com que o governador, o atual governador, o próprio Jaime Lerner não possa pedir empréstimo junto ao Senado Federal, junto ao Banco Mundial, junto ao Banco Interamericano para qualquer projeto de desenvolvimento econômico do nosso Estado, porque a nossa receita líquida de 13%, está absolutamente comprometida.

Então, o alerta que venho fazer ao trazer essa informação, porque só para pagar a Caixa Econômica que é o redesconto, que era a nossa dívida da nossa inadimplência de um ano e oito meses nós desencaixamos desses dois bilhões e seiscentos milhões que recebemos, nós, quando digo é o BANESTADO, nós desencaixamos um bilhão de reais, sobrou um bilhão seiscentos e cinquenta milhões para que o Banco do Estado pagasse e provisionasse todos os prejuízos ao longo desses 70 anos da vida do Banco do Estado.

A voz corrente na diretoria do Banco do Estado, nos gerentes que conhecem o número, quem vive o banco há trinta anos, é de que não precisa um único centavo, que o governo extorne esse dinheiro, que o governo diga ao Banco Central que não precisa de mais nenhum empréstimo e que diga que quer ficar com o Banco do Estado, que vamos dar um lucro de cento e sessenta reais/ano. Isso é pouco? Isso pode ser pouco, mas se entendermos que temos no Paraná 300 mil pequenos agricultores e que receberam no ano passado, dos 300 mil pequenos agricultores, apenas quatro mil e oitocentos pequenos agricultores receberam dinheiro do PRONAF, que é verba liberada do governo federal, através do Banco do Brasil e através também do Banco do Estado, verba nacional.

Então, dos 300 mil, apenas quatro mil e oitocentos pequenos agricultores tiveram acesso ao crédito, num total de treze milhões e oitocentos mil reais. E eu me pergunto: será o BANESTADO, dando cento e setenta, cento e cinquenta milhões de lucro líquido, não pode destinar uma parcela para pagar a sua dívida? Não pode pegar quinze milhões, vinte milhões desse dinheiro e abrir linha de crédito para a micro, pequena empresa fundiária e micro e pequena empresa nas cidades do Paraná? Seria contribuição. Iríamos elevar a capacidade de oferta de crédito duas vezes o que o governo federal oferta para a micro e pequena empresa agrícola no Estado do Paraná. Será que isso não é importante? Será que isso não traz desenvolvimento econômico? Será que isso não traz geração de riqueza para o nosso Estado? Então acho que o governador, envolvido na dinâmica que se envolveu nestes últimos quatro anos, perdido que ficou por causa dos escândalos ou por causa da falta de uma visão estratégica do que fazer com o governo do Estado,

ficou com uma obsessão fixa na questão de incentivos fiscais, trazendo indústrias, trazendo montadoras. Não teve uma visão mais ampla do processo de construção de uma economia, de impulsionar a sociedade para a geração de riquezas seja do micro, seja do pequeno, seja do médio. Acho que por falta desta visão mais ampla, o governo se perdeu e permitiu que este equívoco em relação ao instrumento de desenvolvimento que é o Banco do Estado, viesse a acontecer no nosso Estado.

Nossa bancada vem, com tranquilidade, apresentar isso, porque um bom governante, quando tem a visão maior do processo, não tem preocupação mesquinha. Um grande dirigente que tem a visão do macro e tem certeza daquilo do que está fazendo, não se preocupa com as questões menores, ele tem estofo democrático para entender as divergências e a multiplicidade de opiniões numa sociedade.

Agora, o governante ou qualquer dirigente de qualquer entidade ou sociedade, quando é inseguro, quando não tem certeza dos seus argumentos, quando não está motivado pela sua verdade anterior ou pela grandeza da sua proposta, ele se permite a pequenez, ele se permite a atitudes mesquinhas. E aí, a intriga, a divisão, a calúnia, a leviandade, começam a fazer parte da corte que cerca e o governante não tem condições de se antepor a este projeto.

Digo isso porque é lamentável a preocupação do governo do Estado de não ter uma visão estratégica e se preocupar com coisas tão mesquinhas e que atentam e ferem de morte a questão da vida democrática de uma sociedade.

O corte da cobrança das mensalidades das entidades sindicais no Estado do Paraná é talvez, a mais profunda agressão democrática que um governante já fez ao longo da nossa história. Não há outra. E, só há uma motivação para que o governo Jaime Lerner diga o seguinte para o sindicato dos servidores públicos que não lutam por mais nada a não ser o papel que os sindicatos tiveram na história da humanidade, que é a defesa de interesses de uma categoria, que é a defesa de salário, que é a defesa de condições de trabalho e que é a defesa de uma saúde pública de qualidade para o seu povo.

Dou o sindicato da saúde por exemplo, porque o governador faz uma agressão ao não permitir que o Estado que não compete ao Estado dizer sim ou não, compete ao Estado corresponder a um pleito da sociedade civil que deve ter autonomia, que deve ter a garantia que em todos os organismos do mundo inteiro é reconhecido a não ser nos países totalitários como na China e nas outras experiências do socialismo entre aspas que aconteceu no resto do mundo, onde as liberdades democráticas eram freadas.

Será que o Estado tem que dizer qual o partido tem que existir na sociedade brasileira? Será que o Estado tem o direito de dizer que os trabalhadores do Banco HSBC podem ou não podem contribuir mensalmente com o seu sindicato? Será que compete ao Estado dizer isto? É claro que não compete.

Fico me perguntando o que leva o governo a tomar uma atitude como esta. Acho que só tem uma razão: há um problema político. Os servidores não comungam, talvez a direção do sindicato não comungue da mesma opinião política e da mesma visão de sociedade e de mundo que está hoje no Palácio Iguazu. A associação dos professores que militam e que lutam por melhores salários, que fazem greve, que vêm aqui, que brigam por um plano de cargos e salários, que xingam os Deputados, que vão e fazem passeatas nas ruas, escrevem nas faixas, lutam. O que os professores querem? Os professores querem melhorias do ponto de vista da sua vida profissional e querem melhorias na educação pública do Estado do Paraná. Ao governo dizer que os professores não têm o direito de recolher mensalidade, o governo do Estado está na realidade fazendo um critério político e talvez a maior agressão democrática que assistimos na sociedade nos últimos tempos, sem falar no regime ditatorial.

Então, é para fugir e para fazer um apelo ao sentimento democrático do Parlamento do Estado do Paraná é que a Assembléia Legislativa tome para si a responsabilidade de restaurar a relação entre o Estado e a sociedade civil, que essa relação deve ser baseada pelos princípios da ética e pelos princípios da democracia, universalmente consagrados em todo o mundo civilizado.

Então, por isso senhores deputados, estou apresentando um projeto de lei e na semana que vem vou submeter à votação desse Plenário um requerimento de Regime de Urgência para que possamos, de uma vez por todas, dirimir esta relação do Estado com a sociedade civil, em foco a questão fundamental da vida democrática e autônoma dos sindicatos dos servidores, e que têm alguma relação com o Estado; garantindo através de uma lei, através de uma legislação, obedecendo a determinados critérios que os sindicatos terão os seus direitos para poder recolher as suas mensalidades, desde que fique comprovada a decisão da maioria, a decisão dos associados, a ampla consulta democrática através das Assembléias e outros mecanismos aos seus associados para que possam fazer a sua entidade ter condição de ter a sua voz e cumprir o seu destino, que é a defesa dos interesses dos seus associados e de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Por isso, senhores deputados, peço que, na semana que vem, possamos votar em regime de

urgência, o mais breve possível, esse projeto, porque não podemos permitir que esse ferimento à democracia no nosso Estado se consolide no governo Jaime Lerner.

A Assembléia Legislativa compete a sua tarefa histórica de recuperar e chamar para si; no Estado do Paraná prevalecerá, pelo menos, a democracia formal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB. (**Declina**).

PSC. (**Declina**).

PDT. (**Declina**).

PL. Com a palavra o deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor Presidente, demais companheiros deputados.

Poderia bem perceber que a Casa já está bem vazia, houve um esvaziamento, mas acho que o assunto que vamos abordar agora é de grande importância para o Paraná, para nós, para o Governo, para as autoridades, principalmente esse assunto que vamos mencionar agora, que é no setor de segurança.

Queremos comunicar, através desse fórum da Casa de Leis, junto com os demais parlamentares, inclusive na cidade do Deputado Orlando Pessuti de Ivaiporã, tomamos conhecimento de um seqüestro acontecido nesta cidade, alguns meses já se passaram, faz tempo, e nada foi feito para que fossem localizados os seqüestrados, vivos ou mortos.

Inicialmente quando houve a denúncia, de fato a polícia esteve no local, foi registrado o fato, mas os trabalhos pararam, até hoje não foi levantada nenhuma possibilidade. Não foram encontradas as vítimas e os seqüestradores que, inicialmente, entravam sempre em contato pedindo o resgate também se afastaram. É um seqüestro diferente: seqüestrados o senhor João Lima e sua esposa Otília, no dia 04.08.98, na cidade de Ivaiporã, na Vila Santa Terezinha, pertencentes a uma entidade religiosa. Depois de seqüestrado esse casal, os seqüestradores entraram em contato pedindo à igreja, por ele ser um casal humilde, pobre e sem recurso financeiro. A igreja, conseguindo o recurso exigido, foi colocado no local marcado, os seqüestradores não vieram em busca do dinheiro. Depois disso não falaram mais e não contactaram com os familiares - família e eles, de Ivaiporã, mais de 30 anos. Até hoje nada foi feito.

Estamos bastante preocupados. Recebendo um comunicado das autoridades religiosas daquela cidade, pediram que fizéssemos a denúncia. Eles aguardaram que as autoridades locais comunicassem às do Estado, para que tomassem a devida providência. Isso não ocorreu. Essa preocupação continua. Eles têm nos ligado, aflitos e a casinha está lá, abandonada e o casal desapareceu.

Quero registrar essa grande preocupação aqui, hoje, para que os deputados tomem conhecimento e, através da presidência desta Casa, comuniquem às autoridades competentes para fazer o possível, fazendo o trabalho como foi feito em outros seqüestros no Brasil: no Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro e também já no Paraná. Não é porque é uma família humilde, que pode desaparecer alguém e ninguém toma as providências necessárias. Vimos fazer este alerta e denúncia e cobrar das autoridades competentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continuando no Horário das Lideranças, consultamos se farão o uso do Horário, as Lideranças do PFL, PSB, PPB.

(**Declinaram**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do senhor deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três) e autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 36/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social de Ebenezer, com sede e foro no Município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 37/99

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Hospital "Bom Jesus", com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequá-la as normas Legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 037/99

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Hospital "Bom Jesus", com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Fundação Assis Gurgacz, com sede e foro no município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 08 de 01.03.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 40/99

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, tem por objetivo

declarar de utilidade pública a Fundação Assis Gurgacz, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araponguinha e Região - AMOVAR, com sede e foro no município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 09 de 02.03.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 44/99

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Araponguinha - AMOVAR, com sede e foro no município de Arapongas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 44/99 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores das Vilas Araponguinha, São Luiz, Gaúcha, Parque Siomara e Jardim Astúrias, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 323, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nenhum deputado rejeita, 15 (quinze) deputados aprovam.

**Não há quorum para continuidade da sessão.**

Requerimento nº 334, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Antes de encerrar a presente sessão, gostaríamos de transmitir o convite do engenheiro Ingo Henrique Hubert, para a inauguração da usina hidrelétrica de Salto Caxias, a realizar-se no dia 26 de março de 1999, às 11 horas, no canteiro de obras da usina, no Município de /Capitão Leônidas Marques.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 15/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 36, 37,40 e 44/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 61/99.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/99.

Levanta-se a sessão.

**Ata de Comissão:**



COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em

que o Deputado Ângelo Vanhoni apresentou a redação final para os Projetos de Lei nºs 05/99, 18/99, 28/99, 29/99 e 34/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

CESAR SELEME - Presidente  
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário